



1ª Edição

Felipe Crisanto | Maurício Tavares

*Teses Contemporâneas
e recuperação de*

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

BSSP
CENTRO EDUCACIONAL



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
SOBRE OS AUTORES	11
AGRADECIMENTOS.....	13

CAPÍTULO I

CONHECIMENTO E TÉCNICAS BÁSICAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	17
1. Conquistando o cliente: relacionamento e criação de empatia.....	18
2. Conhecimento técnico necessário	19
3. Do proveito econômico, custas e da escolha da via processual mais adequada: ação ordinária ou mandado de segurança?	21
4. Dos honorários advocatícios contratuais.....	25

CAPÍTULO II

BASES TEÓRICAS.....	27
1. Definição de Receita e Renda	27
2. Entendendo os Regimes de Tributação.....	34
2.1 Do Simples Nacional	35
2.2 Do Lucro Presumido	46
2.3 Do Lucro Real	52

CAPÍTULO III

TESES CONTEMPORÂNEAS E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	61
1. A “TESE DO SÉCULO”: EXCLUSÃO DO ICMS DAS BASES DE CÁLCULO DO PIS E COFINS.....	61
1.1 Conceitos do PIS e COFINS, e suas bases de cálculo	61
1.2 ICMS: Controvérsia acerca da inclusão nas bases de cálculo do PIS e COFINS.....	63
1.3 Do entendimento firmado pelo STF no RE 574.706/PR em repercussão geral	64

1.4 Embargos de declaração no RE 574.706/PR (modulação de efeitos da decisão) e o trâmite das ações individuais.....	67
1.5 Um ponto final na “tese do século” e novos horizontes na recuperação de créditos tributários.....	70
1.6 Momento de incidência do IRPJ sobre os créditos reconhecidos de ICMS: trânsito em julgado x homologação da compensação.	71
1.7 O retorno da Tese do Século aos Tribunais.....	74
1.7.1 Exclusão do ICMS-ST da base do PIS e COFINS	75
2. EXCLUSÃO DO ISS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS.....	76
3. EXCLUSÃO DO PIS E COFINS DAS SUAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO	81
4. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DO IRPJ E CSLL QUANDO NO LUCRO PRESUMIDO	85
5. REDUÇÃO DOS COEFICIENTES DO LUCRO PRESUMIDO PARA SERVIÇOS HOSPITALARES	88
5.1 Posicionamento da Fazenda e mudanças de entendimento do STJ.....	90
5.2 Alíquotas reduzidas para serviços de atenção e assistência à saúde	92
5.3 Da possibilidade de redução do Imposto Sobre Serviços – ISS.....	94
5.4 O dilema do ISS fixo para as “sociedades simples” registradas na junta comercial.....	94
5.5 Do necessário comparativo entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido	96
6. EXCLUSÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ/CSLL APURADOS PELO REGIME DO LUCRO REAL E OS REFLEXOS PARA O PIS E COFINS E DEMAIS BENEFÍCIOS SETORIAIS.....	100
6.1 Crédito presumido: conceito.....	100
6.2 Posicionamento da Fazenda (Parecer Normativo CST 112/1978 - Solução de Consulta COSIT 438/2017 da RFB)	101
6.3 Do entendimento do Superior Tribunal de Justiça	103
6.4 Lei Complementar Nº 160/17	104
6.5 A não incidência do IRPJ e CSLL nos incentivos fiscais setoriais com base no art. 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e no art. 30, da Lei nº 12.973/2014.....	107
6.6 Reflexo para o PIS e COFINS.....	111

7. EXCLUSÃO DA TUSD E TUST DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS	114
7.1 Da legitimidade do contribuinte de fato (consumidor final).....	114
7.2 Da impossibilidade da incidência do ICMS sobre a TUST e TUSD..	117
8. INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALÍQUOTAS MAJORADAS DO ICMS PARA ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	120
9. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEGISLAÇÕES ESTADUAIS QUANTO AO ADICIONAL DE ICMS DEVIDO AO FUNCEP.....	124
10. INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE VALORES ATINENTES À SELIC RECEBIDOS NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	126
11. REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS FINANCEIROS – EXCLUSÃO DO LUCRO INFLACIONÁRIO DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL E O IMPACTO DA DECISÃO DO STF QUE AFASTOU A TRIBUTAÇÃO DO IRPJ E CSLL DA SELIC.....	129
12. NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS.....	137
13. LIMITAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À TERCEIROS	141
13.1 Das contribuições destinadas a terceiros.....	141
13.2 Da tese da inconstitucionalidade das contribuições de terceiros.....	145
13.3 Da tese da limitação das contribuições a terceiros ao patamar de 20 salários-mínimos.....	147
14. EXCLUSÃO DE VALORES RETIDOS DOS EMPREGADOS POR USO DE VALE TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO E PLANO DE SAÚDE COM COPARTICIPAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CPP E DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À TERCEIROS	151
15. CRÉDITO DO PIS E COFINS SOBRE OS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).....	154

16. CRÉDITOS DE PIS E COFINS NO REGIME MONOFÁSICO.....	158
16.1 Regime monofásico e não cumulatividade	158
16.2 Alterações trazidas pela Lei do Reporto (Lei Nº 11.033/2004) e o posicionamento do STJ	159
17. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS MONOFÁSICOS PARA EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL.....	164
18. DA INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO ICMS (DIFAL) NAS OPERAÇÕES AO CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS NA FORMA DO CONVÊNIO N. 93/2015 – CONFAZ.....	167
19. CRÉDITOS DE IPI NA ENTRADA DE PRODUTOS ORIUNDOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS.....	172
20. NÃO INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS POR EMPRESAS SEDIADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS.....	175